

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2021, número 168. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE E A LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM VALINHOS/SP (2018 – 2020)

ARTIGO DO MÊS

O PROTAGONISMO TERRITORIAL DAS MULHERES DO MOVIMENTO DE MORADIA DO JARDIM CONQUISTA NA CIDADE DE JACAREÍ (SP) – 1999 A 2020

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XVIII Encuentro de Geografías da América Latina e VIII Congreso Nacional de Geografía de Universidades Públicas República Argentina

Universidad Nacional de Córdoba, Argentina – de 30 de novembro a 4 d dezembro.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL

APRENDIZAGEM TERRITORIAL, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIAS NO CAMPO E NA CIDADE

Org. Adolfo Oliveira Neto, José Sobreiro Filho, Cristiano Quaresma de Paula e Sandra Helena Ribeiro Cruz.



organizado por Adolfo Oliveira Neto, José Sobreiro Filho, Cristiano Quaresma de Paula e Sandra Helena Ribeiro Cruz.

Com contribuições de diferentes autoras e autores, trazemos experiências de debates e pesquisas sobre a indissociabilidade entre aprender, ensinar e resistir nos campos e cidades.



Webinar Rede DATA LUTA

Realização: Rede DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



PodCast Unesp – Pod Territorial. Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATA LUTA** em <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE E A LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM VALINHOS/SP (2018 – 2020)

Tassiana Barreto de Barros Moreira

Mestranda do Programa Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe - IPPRI/UNESP
Bolsista CAPES
tassianab@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende realizar um estudo do conflito territorial encetado pela ocupação de terra do Acampamento Marielle Vive, situado no município de Valinhos/SP. O acampamento é fruto do trabalho de base realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que resultou na ocupação da Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários com a presença de mais de 700 famílias em abril de 2018. A partir da ocupação, iniciou-se uma disputa territorial entre a especulação imobiliária, que pretende construir um grande condomínio de luxo na área, e as famílias sem-terra que propõem a realização da Reforma Agrária para coletivização da terra e produção de alimentos.

A base social do acampamento é formada por trabalhadores e trabalhadoras da região metropolitana de Campinas (RMC) que devido ao agravamento da crise econômica nos últimos anos se encontraram em situação de pobreza, sem condições de pagar aluguel, desempregados/as ou em condição precária de trabalho. A luta pela terra protagonizada pelo Marielle Vive contempla as necessidades imediatas das famílias que possuem uma demanda urgente por moradia, acesso a alimentação e a perspectiva da geração de renda através do trabalho na terra.

A Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários estava improdutiva há muitos anos, era uma grande área de pasto sem gado. O objetivo da empresa é integrar a construção do maior empreendimento imobiliário de condomínio horizontal de luxo do município, pois contaria com outras sete fazendas próximas através de um consórcio de proprietários da região para realizar Empreendimento da Região dos Lagos.

O Acampamento Marielle Vive se configura como uma ocupação de terra em uma região extremamente valorizada, em uma fazenda que o capital especulativo imobiliário possui um grande projeto de empreendimento e por isso, desde o início, vem sendo alvo de ataques ferrenhos ao longo dos três anos de existência. O objetivo do texto é discutir essa disputa territorial a partir da apresentação do ordenamento local da especulação imobiliária, problematizando a contraposição existente com o MST. Pretendo também analisar a atuação de diferentes atores, institucionais e da sociedade civil, na realização de um “cerco” ao acampamento, com a utilização de táticas de diferentes ordens, como a disputa ideológica para deslegitimar a territorialização das famílias na área, a negação de direitos por parte do poder municipal, coerção, ameaças e assassinato por forças ultraconservadoras. Serão analisadas as ações realizadas pelas famílias do Acampamento e pelo MST em resposta a esses diversos ataques, de modo a garantir a permanência da ocupação.

METODOLOGIA

A análise territorial será realizada a partir do uso de dados qualitativos apropriados durante a realização de pesquisa participante feita ao longo dos três anos do Acampamento Marielle Vive. A pesquisa contou com vivência no local, com observação da vida das famílias, realização de entrevistas, análise das ações da direção do MST, observação da organização espacial do acampamento, participação de atividades organizativas, construção de laços e convivência com os acampados e acampadas. Além disso, também foi possível participar de reuniões com interlocutores do Acampamento (como Ministério Público, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Defensoria Pública), de atividades realizadas externamente ao acampamento e ter acesso a documentos produzidos pelo MST sobre o Marielle Vive.

A partir da verificação do conflito territorial, iniciei uma pesquisa de coleta de dados secundários em torno da Empresa Eldorado Empreendimentos Imobiliários, da relação do poder público local com os interesses da especulação imobiliária e também realizei um levantamento de entrevistas, decisões judiciais, entre outros materiais.

DESENVOLVIMENTO

O Acampamento Marielle Vive é um espaço de luta e resistência, compreendendo o espaço como conjunto de sistema de objetos e ações que o formam de maneira indissociável (SANTOS, 2006), sendo produto do processo social e o próprio processo em si. Dessa maneira as ações são elementos fundantes e fundamentais do espaço, com a indivisibilidade entre a sociedade e o espaço. Através do conflito irrompido pela constituição e luta do Marielle podemos analisar a configuração histórica do espaço, assim como o processo de disputa territorial entre as classes sociais, desse modo propõe-se realizar um estudo da conflitualidade existente.

Conforme Souza (2000, p.80) o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, como um campo de forças onde os interesses operam sobre um espaço na perspectiva de deter o poder territorial. Assim, a Fazenda Eldorado é um território do latifúndio improdutivo, usurpado e controlado pela especulação imobiliária, onde os interesses do capital rentista predominam a partir do poder exercido pela empresa de empreendimentos imobiliários que, de maneira ilegal, mantinha a terra improdutiva e a mercê do desenvolvimento capitalista. Através da ocupação sem terra, o interesse da especulação vem sendo frustrado e confrontado pela ação do MST, tornando-se um território em disputa, com dois pólos de poder: a reforma agrária popular e capital imobiliário na região da Serra dos Cocais.

Desse modo, com a ocupação da terra e a organização comunitária do acampamento, constituiu-se um território em um conflituoso processo entre a proposta de reforma agrária do MST e o de construção de condomínios de luxo da especulação imobiliária. É nesse espaço onde se dá essa disputa entre as classes sociais no processo de produção do território. A formação socioespacial brasileira produziu o sujeito sem terra, devido um processo intenso caracterizado pela desigualdade social latente, exploração do trabalho –

utilizando força de trabalho escrava por praticamente quatro séculos -, latifúndios, monopólio da terra e expulsão dos camponeses e indígenas de seus territórios. As famílias do Marielle planteiam a constituição de um assentamento rural através da luta pela terra, que é a luta pelo território camponês, pela construção de relações sociais de produção com características específicas camponesas, diferente da lógica capitalista como argumenta Fernandes (2008). Amparado na formulação deste geógrafo, podemos asseverar que o modelo de desenvolvimento camponês determina a organização do espaço geográfico a partir do trabalho na terra.

O Marielle Vive possui elementos que o diferenciam de acampamentos típicos do MST, principalmente pelo fato da base social advir integralmente das cidades, ou seja, caracteriza-se por ser fruto do processo de desterritorialização camponesa que ocorreu na sociedade brasileira durante o século XX. Além do território material – com o êxodo rural -, os camponeses na cidade também sofreram com a perda do território imaterial (FERNANDES, 2009), afastando-se da cultura e organização do trabalho camponês. Além do elemento da base social, a distribuição e organização espacial das 700 famílias ocorrem em uma área pequena, de pouco mais de 30 hectares da fazenda que possui um total de cerca de 130 hectares, o que implica em limites para produção agrícola, tornando necessário desenvolver experiências coletivas e agroecológicas de plantio.

No município de Valinhos, localizado no estado de São Paulo, o avanço da territorialização capitalista tornou as franjas das áreas rurais um espaço de geração de lucro através do rentismo da especulação imobiliária. Com o aumento nacional da construção de condomínios de luxo horizontais nas últimas décadas, a região de Campinas observou o processo ocorrer em áreas privilegiadas com remanescentes florestais. Assim, na RMC o desenvolvimento territorial para as áreas rurais próximas as grandes cidades são de construção de condomínios, em detrimento da produção agrícola e geração de renda para famílias camponesas.

Na perspectiva local, Valinhos transformou-se nas últimas décadas em um município privilegiado para essa expansão capitalista por possuir as condições espaciais ótimas para construção dos condomínios (localização próxima de vias de acesso a diversas cidades, áreas de preservação ambiental), com uma elite local e poder público que privilegiaram esse desenvolvimento territorial. Dessa maneira, observou-se a tendência de hegemonização do espaço rural com condomínios fechados, inclusive ampliando para os municípios limítrofes.

O município de Valinhos desde os anos de 1990 aprofundou um processo de construção de condomínios horizontais de luxo. Vale ressaltar que Valinhos, ainda na década de 1960, foi contemplada com, muito provavelmente, o primeiro assentamento de reforma agrária do Brasil através da Lei de Revisão Agrária, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo (BOMBARDI, 2001). De acordo com esta lei as terras públicas ou privadas que fossem reconhecidas improdutivas seriam adquiridas pelo Estado para fins de reforma agrária. Esse assentamento hoje é conhecido como o bairro da Reforma Agrária onde famílias vivem e produzem alimentos.

Ainda que Valinhos seja conhecida como a capital nacional do figo roxo, a produção agrícola foi paulatinamente dando lugar a outros ramos da economia até o mais recente avanço do setor imobiliário.

Segundo Santos Junior (2007) esse fenômeno ocorreu em toda RMC, culminando na alteração da distribuição espacial com o avanço da urbanização, através dos condomínios horizontais de luxo, em áreas rurais.

Uma das mudanças mais importante deste processo é a substituição de atividades econômicas tradicionais baseadas na produção de frutas e demais produtos do cinturão agrícola anteriormente formado por pequenas propriedades. O poderio econômico dos agentes imobiliários e as características de urbanização dispersa que se aprofundam no território metropolitano tem levado à transformação da antiga área rural em empreendimentos imobiliários que notadamente abrigam novos condomínios fechados, que burlam com frequência as legislações urbanísticas existentes, com implicações nas demandas de serviços públicos e conexões intrametropolitanas (SANTOS, 2007, p.09).

Devido à localização entre grandes rodovias como a Santos Dumont, Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro, a RMC é extremamente interessante para o capital especulativo imobiliário por garantir acesso fácil a diversas cidades. Além disso, possui áreas periféricas com remanescentes ambientais, que combinam com o interesse de consumo de quem procura os condomínios de luxo por possibilitar estar “próximo” à natureza e distante do centro urbano.

Segundo Fix (2011) para o capital especulativo a seleção dos terrenos é feita através de uma estratégia, levando em conta a diversificação por classes sociais e uma ampla distribuição geográfica. Nessa perspectiva, a Serra dos Cocais, área rural que ainda possui remanescentes de preservação ambiental, onde está o Acampamento Marielle Vive, assume um local de destaque na estratégia do capital especulativo, na possibilidade de grande rendimento através da construção de condomínios para alta classe média.

Vale ressaltar que os condomínios fechados são uma agressão direta ao meio ambiente, causando grande impacto ambiental aos remanescentes florestais e aos reservatórios hídricos com a impermeabilização do solo. Além disso, é uma forma privada de apropriação do espaço público com o cercamento da área, restringindo o acesso. Esta apropriação privada norteia também a configuração territorial da própria cidade, de modo que em vários bairros há o fechamento de ruas e restrição do direito de ir e vir das pessoas para garantir os interesses privatistas dos moradores das respectivas ruas da área urbana.

Nas últimas décadas a elite valinhense foi uma grande investidora nesse setor no município, além do estreitamento de relações com demais especuladores da região de Campinas e São Paulo. Como consequência houve a elevação do preço da terra, de tal modo que o metro quadrado valinhense passou a ocupar lugar de destaque entre os mais elevados do estado de São Paulo, expondo flagrantemente o grau de subordinação à lógica especulativa do capital sobre a terra, especialmente o solo urbano.

Para a elite local foi cada vez mais interessante investir na compra de terra na perspectiva de construção de novos condomínios, conforme nos explica Fix (2011) adquirir áreas possibilita a captura da renda da terra de forma rentista, com o objetivo de valorização financeira, a partir do estoque de terreno que é a base para a criação do capital fictício através da promessa de ganhos futuros ao antecipar o que pode vir a ser construído. A empresa Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda, proprietária da fazenda ocupada pelo Acampamento Marielle Vive, surge para realização de investimento para lucros futuros com a compra da área na região da Serra dos Cocais.

O consórcio de proprietários de fazendas, que a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários participa, prevê a construção do maior empreendimento da cidade, nomeado de condomínio Região dos Lagos, no qual está envolvido um total de oito fazendas vizinhas. É um projeto escamoteado, que reúne interesses subjacentes à revisão do plano diretor municipal para viabilizar a construção. Importante ressaltar que, além dos interesses das empresas proprietárias das fazendas, há grande interesse do setor da construção civil. Como demonstra Fix, a incorporação imobiliária realiza a atuação de capturar a terra para alimentar o circuito imobiliário, através da renda da terra, e aumenta ainda mais seus lucros através da “extração de mais-valia absoluta no canteiro de obras” (FIX, 2011, p.53).

Os interesses da especulação imobiliária encontram a contradição da realidade da maior parte da população da RMC, onde a desigualdade social prevalece e os dados de déficit habitacional e desemprego têm aumentado nos últimos anos. Como demonstra Ermínia Maricato, a constituição do urbano brasileiro ocorre sem rompimento com as relações arcaicas do Brasil colonial, ao contrário, mantêm os privilégios fortalecendo a desigualdade socioespacial nas cidades, conformando o que a autora chamou de a tragédia brasileira.

Ao passo que Valinhos vive uma tentativa de “elitização” atraindo a classe média alta para morar nos condomínios da cidade, observa-se um aumento do nível de pobreza da população. Nos últimos anos vimos uma maior precarização do trabalho (como consequência da reestruturação produtiva), o aumento do caos urbano e déficit habitacional – ampliado pelas medidas governamentais como a PEC dos gastos e corte de programas para financiamento de moradia. O quadro de violência urbana, fruto da desigualdade social e da supracitada tragédia urbana brasileira, intensificou-se ainda mais no país, amargando dados terríveis na RMC.

Historicamente, as cidades brasileiras são consolidadas através da ocupação irregular de áreas para moradia, uma vez que a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras das zonas centrais levou a constituição de habitações baseadas na autoconstrução em regiões sem infraestrutura e às margens da cidade. Portanto, por vezes organizada coletivamente em torno de movimentos sociais ou de forma individual, a classe trabalhadora constituiu o local de habitação nas cidades através da realização de ocupações.

No limiar entre a questão urbana e agrária, o Acampamento Marielle Vive possibilita uma análise privilegiada da complexidade e contradições do desenvolvimento socioespacial brasileiro através dessa experiência na RMC. O acampamento está situado em uma área rural, realiza a luta pela terra através do MST, no entanto é conformado por trabalhadores e trabalhadoras da cidade que possuíam a demanda imediata de moradia – o que é característica das lutas sociais urbanas.

O MST surge em 1984 como um movimento socioterritorial com a pauta principal da luta pela terra e reforma agrária, nas últimas duas décadas o Movimento constituiu experiências de luta na proximidade de grandes centros urbanos, uma vez que os camponeses e camponesas passaram por um processo intensivo de expulsão de seus territórios, deslocando-se para as cidades para vender a força de trabalho e garantir a sobrevivência. Desse modo, a massa do proletariado das cidades é formada pelos contingentes advindos dessa migração e que vivenciam explorações de diversas ordens. Assim, na compreensão do MST, a base sem-terra também está nos espaços urbanos.

Com a constituição de acampamentos próximos às metrópoles o MST desenvolveu um projeto de assentamento com características específicas para contemplar esse espectro de luta pela terra, a Comuna da Terra. Os assentamentos Comuna da Terra constituem-se pela produção de alimentos em lotes familiares menores, a partir da técnica agroecológica, gerando renda para os assentados/as que pela proximidade ao mercado consumidor, é possível realizar venda direta a partir das cooperativas e associações.

Em uma região com número alto de população desempregada e de déficit habitacional, em um contexto de grande crise econômica, a inviabilização da territorialização do projeto de reforma agrária dos sem-terra em uma área de interesse especulativo é fundamental para a manutenção dos privilégios da elite local. A região possui um alto número de fazendas improdutivas, em situação de irregularidade fundiária, que podem ser alvos de lutas similares às do acampamento Marielle Vive. Assim, o fracasso do acampamento é vital para manutenção do controle territorial da especulação imobiliária na região.

Segundo Fix (2011) a existência de ocupações irregulares nas margens das cidades é de certo modo aceito pelo poder público que, por vezes, faz vista grossa devido à incapacidade de resolução da questão do déficit habitacional. No entanto, “a tolerância desaparece quando os terrenos ocupados localizam-se em áreas ditas valorizadas, de interesse imobiliário. Nesses casos a resposta é, frequentemente, a expulsão.” (FIX, 2011, p.106). Essa é a razão principal para o esforço permanente de setores de Valinhos ligados à especulação imobiliária que utilizam inúmeras ferramentas para despejar as famílias sem-terra.

Além disso, o MST é considerado um risco maior para a elite brasileira por ser um movimento social organizado, com projeção internacional, que utiliza a ocupação de terra como forma de enfrentamento direto à propriedade privada. A constituição do Marielle Vive e a resistência na área é uma forma direta de diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras de toda RMC, um recado de que a organização popular é a resposta para a garantia das condições de vida da classe, e que a luta direta é a uma forma eficaz para acessar os direitos. O fato do MST ser uma organização que também luta pela transformação social e pelo socialismo situa de forma ainda mais profunda a preocupação dos setores hegemônicos, uma vez que o Movimento disputa também a outra concepção de uso do solo, da função social da terra e de organização social.

Com o objetivo de desterritorializar as famílias do Acampamento Marielle Vive, foi realizado um “cerco” protagonizado por diversos agentes públicos e da sociedade civil, de modo a inviabilizar a vida e a constituição de um território sem-terra. Maricato (2000) nos ajuda a compreender o papel do poder público nesse conflito territorial. Segundo a autora uma das características do que ela chama de tragédia urbana brasileira é a relação promíscua entre o poder público dos municípios com a elite local, exemplificado pelo município de São Paulo:

O patrimonialismo impediu o surgimento da esfera pública, alimentando o fisiologismo, o paroquialismo, o clientelismo e o privilégio, possíveis, constatar até mesmo na Câmara Municipal da mais poderosa cidade brasileira em pleno ano 2000. A relação de favor tem mais prestígio do que as diretrizes de qualquer plano holístico (MARICATO, 2000, p. 32).

O caso de Valinhos reforça a análise de Ermínia Maricato, pois, embora todas as questões de insustentabilidade, segregação espacial e concentração de renda dos condomínios horizontais fechados, eles

são a principal linha no planejamento urbano do município, recebendo todo apoio do poder executivo e legislativo local. A implementação dos projetos condominiais acontece em detrimento de um planejamento democrático, sustentável e focado em erradicar iniquidades espaciais. Uma demonstração disso é que no período de 2014 a 2019 foram aprovados mais de 100 novos empreendimentos imobiliários, incluindo condomínios de luxo, pela Prefeitura de Valinhos, o contrassenso é que no mesmo período existem cerca de 10 mil imóveis sem cumprir sua função social de moradia na malha urbana do município (POZZUTO, 2019).

Um caso que deixa explícito a relação do poder público com o interesse imobiliário é o caso do Luiz Mayr Neto, ex-vice-prefeito que atualmente exerce o segundo mandato de vereador, pois é acionista da empresa Serra dos Cocais Empreendimentos Imobiliários. Essa empresa, assim como a Eldorado, pretende construir condomínios fechados na Serra dos Cocais, explorando os recursos naturais e lucrando através da especulação. Mayr Neto tem interesse pessoal na alteração do plano diretor, que possibilita a construção de condomínios na área de preservação, e também é um dos interessados na eliminação do Acampamento Marielle Vive, que representa uma ameaça a todos especuladores da região.

O coronelismo e paternalismo seguem como linha atuante, utilizando do poder público para manutenção do *status quo* e do privilégio de classe. Além disso, no Brasil o estado burguês atua de modo a manter o monopólio da terra nas mãos da elite, uma expressão dessa atuação é a não realização ampla da reforma agrária, embora seja um direito social com embasamento constitucional. No presente estudo vamos analisar o papel do poder executivo e legislativo nas ações do cerco construído para desterritorialização do Marielle Vive.

Na disputa territorial em torno do Acampamento Marielle Vive foram utilizadas diversas formas de enfrentamento por parte da especulação imobiliária. Mesmo com todos esses ataques, as famílias constituíram estratégias para sua permanência e construção do espaço de luta e resistência. Dentre as estratégias estão o diálogo com a população valinhense – com a sociedade civil através da apresentação da proposta de reforma agrária para o território -, a denúncia sobre as violências sofridas, articulação com atores (como Ministério Público, Defensoria Pública) de modo a fazer a disputa jurídica.

DISPUTA IDEOLÓGICA NAS NARRATIVAS DOS SEM TERRA E DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL ATRAVÉS DA LEITURA TERRITORIAL

Na disputa territorial, um elemento fundamental é a legitimação da finalidade do uso e quem utilizará a área. A construção de condomínios horizontais de luxo foi normalizada ao longo dos anos em Valinhos, essa compreensão foi construída pela elite local através de diversas ferramentas, como a grande imprensa e atuação de representantes nos espaços públicos.

Embora haja uma experiência bem sucedida de reforma agrária no município, a construção ideológica hegemônica existente não é positiva em torno dessa política. Isso se deve ao forte enfrentamento que a reforma agrária sofre por significar um desenvolvimento territorial que implica a democratização da terra. Além disso, a concepção hegemônica, nacionalmente e localmente construída, é da criminalização de quem luta pela terra e a deslegitimação dos territórios de assentamentos de reforma agrária existentes. Outro

objetivo dessa construção ideológica é desincentivar que trabalhadores e trabalhadoras se organizem e lutem por terra.

Nessa disputa territorial, a especulação imobiliária construiu narrativas para legitimar sua proposta de território, atacando os sem-terra, através de diversas ferramentas como o uso dos espaços públicos por seus representantes. Uma das principais formas de deslegitimar a luta e organização dos sem-terra é através da criminalização da ocupação da terra e da defesa dos territórios. Vamos ver dois exemplos de discursos de atores do poder público que fortalecem essa narrativa da criminalização.

Segue trecho da entrevista do então Prefeito Orestes Previtalle. Essa fala ocorreu durante campanha para sua reeleição, no dia 20 de outubro de 2020, para o Jornal Terceira Visão:

Criminosos! Invadiram! Usurparam o direito de propriedade. Imagine você se você tivesse sua casa invadida por alguém, eu tenho certeza que você iria tirar na bala, na porrada, na facada você iria tirar de lá de dentro porque são atitudes criminosas. (...) Lembro você o seguinte, que seu imposto, que você paga aqui em Valinhos está sendo gasto inclusive para manter aquela turma lá em cima, tem que dar ônibus para aquela turma, tem que dar remédio para aquela turma, dar escola para aquela turma, tem que dar UPA pra aquele pessoal, tem que dar água, um caminhão de água sobe todo dia ali. Tá saindo do seu dinheiro, do seu bolso e se você for observar quem tá lá não tem valinhense não. (...) Atitude criminosa tem que ser combatida com energia, com força, tem que ser combatida com a Polícia Militar. (...) tudo que for possível fazer para que essa invasão, de novo, criminosa, deixe de existir e nós não tenhamos uma favela na nossa cidade eu tenho o compromisso comigo, isso eu tô fazendo e continuarei fazendo, vou utilizar de toda minha força política e conhecimento administrativo para que nós possamos dar cabo a esse processo criminoso de favelização da nossa cidade. Valinhos não merece essa invasão (PREVITALE, 2020)

A fala do então prefeito Orestes é de combate direto ao Acampamento. No trecho acima podemos observar diversos elementos de ataque e construção da narrativa de modo a colocar a ocupação como onerosa ao restante da população de Valinhos, além de demonstrar a compreensão de que os acampados não são valinhenses. Ele cita que disponibilizar os direitos sociais é um problema a partir de uma leitura de que não devem permanecer naquele local.

Outro ponto fundamental da fala é a incitação à violência, o que, inclusive, é crime eleitoral, uma vez que expressa e indica que as pessoas reajam individualmente de forma violenta contra os acampados, utilizando arma de fogo, faca ou através de uma briga corporal. Essa posição se fundamenta no discurso de que a ocupação é criminosa, assim, precisa ser combatida através de ações violentas.

Segundo o Prefeito há um esforço para relacionar o Acampamento Sem-Terra a uma favela, utilizando do julgamento moral predominante de que a favelização é algo negativo para a cidade. Assim, constitui uma visão do acampamento deslocado da proposta de assentamento rural e da organização popular para garantia de acesso a terra, moradia e trabalho. Dessa forma, o acampamento seria uma área precarizada, uma favela que, a partir da concepção dele, é foco de crimes, miséria e drogas.

Outro ferrenho combatente da presença do Acampamento no município é o ex-vereador Edson Secafim. Segue trecho de sua fala na tribuna na 21ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Valinhos no dia 21 de agosto de 2018:

Venho fazer um apelo, pedir socorro. Socorro ao Município de Valinhos. Socorro porque nós estamos numa situação calamitosa, nós hoje temos um assentamento (...) não sei onde vamos parar, onde vai chegar isso. Nós estamos com demandas assustadoras lá no Bairro do São Bento de crianças em creche dali do assentamento, estamos falando de crianças que vão pra lá e que não tem água, não tem saneamento, estamos falando de UBS lotada de pessoas, numa reunião do Conselho da Saúde onde meu assessor Tiago Medea participou, foi citado que existe surto de tuberculose e surto de sífilis no local. E aí? Onde vai parar isso? (...) Enfim, eu venho pedir socorro. O município de Valinhos parece que não sei, parece que tá de epidemia negra aqui, acontecendo aqui. (...) Estoura lá na UBS e não tem remédio na UBS do São Bento. Por que? Porque o pessoal do assentamento vai buscar remédio lá. (...) Conselho Tutelar exige que tenha vaga para crianças do assentamento, em compensação as crianças do bairro do São Bento continuam lá em casa porque não tem vaga (CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS, 2018).

Nesse trecho de discurso, o então vereador demonstra uma postura diretamente contrária ao Marielle. Um primeiro elemento é o não reconhecimento das famílias como valinhenses, que não pertencem a aquele território, são de fora e, portanto, estão em disputa pelo gasto do orçamento com os “legítimos” moradores de Valinhos. Essa estratégia é compartilhada com o Prefeito, como pudemos identificar no discurso anterior. Para deslegitimar as pessoas do acampamento ele utiliza de informações mentirosas e de cunho preconceituoso, como o suposto aumento de sífilis e pneumonia no município devido a chegada das famílias do acampamento. Ressalto que sífilis, por ser uma doença venérea, tem uma identificação no senso comum com um estilo de vida fora da moral e dos bons costumes. Já o surto de pneumonia se justificaria pelas condições precárias e pobreza, demonstrando que o acampamento veio trazer miséria para o município. A informação da existência desses surtos foi descreditada pela própria Prefeitura, em uma nota da Secretaria de Saúde.

Ele ratifica o tempo todo um suposto antagonismo entre as famílias do Marielle e as famílias do Bairro São Bento, como se estivessem em disputa pelo acesso às garantias sociais. Como se os e as sem-terra fossem usurpadores dos direitos dos demais. A utilização do termo “epidemia negra” é uma síntese do pensamento do vereador que demonstra que tem nojo de pobre e sente ódio de classe. Assim como o prefeito Orestes, possui um caráter xenófobo e racista; nesse discurso os brancos, de origem imigrante europeia, são quem tem o direito ocupação do território, ao passo que sem-terra, negros e negras, precisam ser expulsos. Secafim, explicitamente racista, suplica por socorro para uma cura para a existência dos sem-terra no município.

A partir do exemplo das duas falas acima, podemos observar como os opositores do acampamento constroem um discurso difamatório com o intuito de gerar um senso comum contrário aos moradores e moradoras do Marielle. O objetivo principal é deslegitimar a demanda por terra existente, caracterizando o processo da luta como algo criminoso. Outro aspecto é acirrar um virtual conflito entre os moradores do Acampamento e os demais moradores de Valinhos, como se a existência do Acampamento significasse um prejuízo a população valinhense. Esse discurso é bem impactante porque atua diretamente na população da cidade, mobilizando uma parte da sociedade civil a combater o Marielle.

O Acampamento possui menos condições de diálogo e apresentação da sua proposta de território. O Movimento escreveu cartas públicas para denunciar as irregularidades fundiárias da Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, demonstrando a legitimidade de estar em uma área ilegal. Além disso, foram

construídas relações com a sociedade civil através de atividades que aconteceram no Acampamento e na cidade com o objetivo de articular apoio e apresentar a proposta de assentamento. Em 2020 o Acampamento passa a ter página oficial nas redes sociais de Facebook e Instagram nas quais apresenta o uso e proposta territorial.

ESPAÇO PROIBIDO: NEGAÇÃO DE DIREITOS POR PARTE DO PODER MUNICIPAL

Uma das formas de inviabilizar a permanência numa área, determinando uma expulsão sem ação judicial e uso da força da polícia militar, é impossibilitar as condições básicas de vida como o acesso à água potável, à educação e à saúde. Esses são direitos sociais conquistados que, segundo a legislação, devem ser garantidos pelo serviço público. No entanto, a negação desses direitos foi utilizada de maneira a tornar insustentável a vida no Acampamento, ocorrendo um processo de desistência de famílias que foi em parte estancado devido a estratégias adotadas pelo MST.

A água é elemento vital, para hidratação humana, higienização e, no caso da luta pela terra, para a produção de alimentos. Desde a ocupação foi reivindicado através de ofícios e pedidos à Prefeitura o abastecimento regular de água potável no Acampamento para uso humano. Esses pedidos foram negados pela Prefeitura até meados de 2019, após um ano e meio de ocupação. Desde então a prefeitura tem abastecido precariamente com água potável através de caminhão pipa que vai ao acampamento com frequência irregular e quantidade insuficiente de água.

O acesso à educação infantil também foi negado às famílias do Acampamento quando, depois das férias de julho de 2018, a Prefeitura retirou as crianças do ônibus fretado que fazia o transporte escolar do Acampamento, substituindo por um passe escolar para a linha de ônibus convencional. Essa medida impôs que as crianças com menos de 12 anos fossem sozinhas para a escola. Vale ressaltar que o fretamento de ônibus escolar para crianças de área rural é garantido por lei. Tal medida levou a muitas famílias a saírem do acampamento por não se sentirem seguras por seus filhos irem à escola sozinhos, significando o atraso escolar das crianças e a perda do Bolsa Família.

O posto de saúde mais perto do Acampamento fica no bairro São Bento, as pessoas do Marielle não conseguiam marcar consulta no posto pelo argumento de que não possuíam comprovação de moradia. No caso de moradia irregular não é possível essa comprovação e o SUS possui mecanismos para garantir o atendimento. Muitas pessoas ficaram sem os cuidados necessários, como grávidas que não conseguiam fazer pré-natal, assim quem possuía necessidade de acompanhamento regular de saúde teve muitas dificuldades de ficar na ocupação e algumas pessoas necessitaram se mudar do acampamento.

Os relatos acima demonstram um mecanismo utilizado para a desterritorialização das famílias no Acampamento, demonstrando o papel do poder público de atuar favoravelmente aos interesses da Empresa Eldorado. As famílias reagiram a isso, organizaram diferentes formas coletivas para o enfrentamento a essas situações, exigindo do poder público e também criando maneiras criativas para a resolução imediata das demandas.

Em relação a água foi feita uma mobilização para exigir do poder público o acesso regular, essa manifestação culminou no assassinato do companheiro Luis Ferreira, que iremos abordar no próximo tópico. Do acesso à escola, alguns pais conseguiram se organizar e revezaram para acompanhar a ida das crianças na escola de modo a diminuir a ausência nas aulas; além disso, foi realizada uma ação civil pública através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que obrigou a Prefeitura a garantir o ônibus a partir do ano de 2019.

Através de denúncias e pressão política o posto de saúde passou a assistir as famílias do Acampamento e foram acionados profissionais da saúde aliados do MST que passaram a realizar atendimento no próprio acampamento.

RESISTINDO À DESTERRITORIALIZAÇÃO: COERÇÃO, AMEAÇAS E ASSASSINATO

A forma mais brutal de desterritorialização é a utilização da força direta. Na história do Acampamento Marielle Vive aconteceram diversas formas de intimidação, coerção, tentativas de ataques e, infelizmente, um caso de eliminação física. Esses atos foram protagonizados tanto por seguranças particulares da Fazenda Eldorado, quanto por pessoas da sociedade e agentes do Estado, como a Polícia Militar e a Guarda Civil Municipal.

Nos primeiros meses da ocupação ouviam-se tiros de arma de fogo em frente ao acampamento durante a madrugada, o que causava pânico aos sem-terra que sentiam insegurança em sua permanência no local. Essa ação foi cessada devido a denúncia realizada pelo MST. Também ocorreram intimidações através de xingamentos por parte de pessoas que passavam em frente ao acampamento e aconteceram tentativas de incendiar os barracos com uso de dispositivos de coquetel molotov que foram arremessados da pista. Conforme relata uma acampada, essas ações criam uma grande sensação de insegurança:

Eu sentia muito medo, eu me sentia assim acuada porque, além dos tiros, passavam aí na frente, geralmente a noite e chamavam a gente de ladrão, de vagabundo. Várias vezes eles ameaçavam com coisas mais pesadas, falando que eles iam tirar a gente daqui a bala, que ia tirar a gente daqui por bem ou por mal, que a gente era um lixo e que muita gente ia morrer. Era coisa assim muito aterrorizante e eu me sentia muito mal porque a gente não sabia se isso ia acontecer ou não ia, mas todo mundo aqui tinha muito medo disso. (Relato oral).

É possível articular o teor das ameaças com os discursos do prefeito e do vereador analisados anteriormente, uma vez que a ofensiva física realizada contra as famílias se baseia na suposta ação criminosa dos sem-terra, sendo o plano de fundo que justifica as ações violentas.

Os moradores e moradoras do Marielle Vive também são alvo de abordagens ofensivas realizadas pela Polícia Militar (PM). Segue relato realizado por uma acampada sobre abordagem sofrida por um companheiro na manhã do dia 10 de setembro de 2020:

[os policiais militares] seguiram o rapaz, viram ele passar depois da primeira entrada após sair do acampamento. Continuaram seguindo ele até Vinhedo e o pararam em uma rua sem ninguém e começaram a fazer perguntas “então quer dizer que você mora lá no Marielle?” Luciano disse “ não, não moro lá não” eles “como não já que você entra e sai de lá?” “Você

não tem vergonha entra na casa dos outros não?” Luciano “ eu não tô na casa dos outros, lá não tem dono” eles “ tem dono sim” Luciano “ então o problema é os pobres que estão lá?” Eles “ não, o problema é os ricos que estão perdendo”. E o tempo todo chamando Luciano de Vagabundo e dizendo que o verá outras vezes (relato oral)

O tipo de ação descrita acima acontece com frequência, os sem-terra têm receio de serem vistas pela PM entrando e saindo do acampamento. Segundo documento “Relatório: ameaça de despejo e violações de direitos humanos” elaborado pela direção do Movimento Sem Terra no dia 20 de agosto de 2019 sobre o Acampamento Marielle Vive, as ações da PM têm o objetivo de coagir e dificultar a permanência das famílias através do medo. Segue trecho do documento:

Por repetidas vezes a Guarda Municipal ou mesmo a PM local fazem blitz na entrada e saída do acampamento para monitorar e multar os veículos dos acampados. Há relatos de que quando parados pela PM ou GM os acampados são ameaçados, tem objetos e pertences destruídos como a carteirinha do MST (utilizada para entrada no Acampamento) e sofrem com o abuso de abordagem e constrangimentos, principalmente quando encontram símbolos do MST no interior do veículo. Após a última decisão da juíza [pela reintegração de posse], os policiais ameaçam os acampados dizendo que “vai ter fogo”, para não ficarem no local porque haverá uma guerra. O abuso policial é claramente uma maneira de coerção e tornar ainda mais difícil a continuidade dos sem-terra no acampamento (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019b).

As ameaças e expressões de ódio sofridas pela comunidade chegou ao nível mais violento com o assassinato do Luis Ferreira, conhecido como Seu Luis, senhor de 72 anos morador do Acampamento. No dia 18 de julho de 2019, durante uma mobilização em frente ao acampamento que exigia água, o assassino Leo Ribeiro avançou sua caminhonete sobre todos que estavam na mobilização atingindo de maneira fatal Luis Ferreira. Podemos constatar que essa ação de Leo Ribeiro foi fundamentada em todo discurso de criminalização dos sem-terra, além da confiança de impunidade com o fortalecimento da ultradireita e a vitória presidencial de Jair Bolsonaro.

Importante colocar o assassinato no contexto geral dos ataques sofridos pelo Acampamento, como consequência de todo processo de deslegitimação do acampamento sem-terra e criminalização. Desse modo, a morte de Seu Luis foi uma ação realizada por Leo Ribeiro, mas construída por diversos atores. Segue relato de um documento escrito pela direção do MST sobre o assassino de Seu Luis:

Léo Ribeiro, 64 anos, comerciante, ostentava postagens de ódio e replicava mensagens de apoio ao presidente Bolsonaro em sua rede social. A vinculação entre o clima político conservador no país e o ato absurdo deste comerciante, ficam evidentes. No entanto é importante destacar que independente da motivação, quem comete um crime é obrigado a responder por seus atos e quem fica destilando ódio dos altos postos do poder, não vai descer para salvar ninguém. A sociedade brasileira precisa expurgar as manifestações autoritárias e preconceituosas de inspiração fascista que nos impedem de ser mais solidários e humanos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019a)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de diferentes formas extrajudiciais utilizadas para forçar a desterritorialização do Acampamento Marielle Vive, podemos observar a existência de um cerco que promove maneiras para

inviabilizar a vida das famílias sem-terra. As táticas adotadas são uma resposta à ação de luta do MST que atinge diretamente os interesses da especulação imobiliária por propor ocupação de terras em áreas com irregularidades fundiárias.

É possível verificar uma relação entre as diversas ações. Todas se baseiam numa concepção de criminalização das famílias sem terra, o que justifica, no campo conservador moral e ideológico, a negativa de acesso a direitos sociais, as violências e coerções realizadas. Muitas famílias não conseguiram se manter no acampamento devido ao cerco realizado, portanto, ele cumpriu em parte seu objetivo. No entanto, a comunidade permaneceu construindo o território, utilizando variadas estratégias para superar as limitações e dificuldades impostas.

Ao longo do artigo foram expostos os interesses e as principais ações de tentativa de despejar o Acampamento Marielle Vive nos três anos de existência. Até o momento podemos observar a articulação entre a sociedade civil e setores do poder público em incessantes tentativas de retirada das famílias. O sem-terra Seu Luis, assassinado em 2019, sempre dizia “só saio dessa terra morto”, infelizmente a frase virou verdade nas mãos de Leo Ribeiro através da força do conservadorismo e dos sucessivos ataques praticados contra os sem-terra e o acampamento.

A luta do Marielle já passou por momentos de altos e baixos, alguns narrados nesse texto, mas ainda há um longo percurso recheado de batalhas pela frente para de fato se consolidar como um território da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, L. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, eliseu Savério (Orgs.) *Territórios e Territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. Entrando nos territórios do Território. In *Campesinato e Território em disputas*. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIX, M. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. 263 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286383>>. Acesso em: 18 ago. 2020

PREVITALE, O. [Entrevista [2020]]. In FACEBOOK. Vídeo. Entrevista concedida ao programa *Eleições 2020*. Disponível em <<https://www.facebook.com/JTVJornalTerceiraVisao/videos/5236518783040974/>>. Acesso em: 02 fev 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS. *21ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Valinhos*. Valinhos, 21 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eUFDv25IXbg&t=12653s>. Acesso em: 10 fev 2021.

Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019a. *Memorial Luis Ferreira da Costa*. Valinhos, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019b. *Relatório: ameaça de despejo e violações de direitos humanos*. Valinhos, 2019.

POZZUTO, H. *Plano Diretor, você, eu, água suja e enchentes: o que temos a ver com isso?* Pé de Figo, Valinhos, 12 jan 2019. Disponível em: <https://pedefigo.com/plano-diretor-voce-eu-agua-suja-e-enchentes-o-que-temos-a-ver-com-isso/>. Acessado em: 08 jun 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, J. *A configuração atual, os conflitos e as potencialidades das transformações sócio – espaciais na Região Metropolitana de Campinas*. In: 53º ICA Congresso Internacional de Americanistas, 2009, Ciudad de México, México: Universidad Iberoamericana.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.